



O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 35, de 2014, de autoria do Senador Antonio Aureliano e do Senador Ruben Figueiró, que tem por finalidade instruir Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2014, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira.

Lembro que o Relator da matéria é o Senador Acir Gurgacz.

Comunico a presença dos seguintes convidados: Srª Raquel Caputo, Chefe da Divisão de Equideocultura da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – eu a convido para ocupar a Mesa –; Sr. João Carlos Lóssio, Diretor da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Pampa; Sr. Celso Arras Minchillo, Superintendente Geral da Associação Brasileira do Quarto de Milha; Sr. Marcelo Artur Motta Ramos Marques, Presidente da Associação Paulista de Fomento ao Turfe; Sr. Antônio Sérgio Quadros Barbosa, Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Mangalarga Marchador.

Srs. Senadores, senhores convidados, composta a Mesa, eu queria comunicar aos nossos convidados que cada um terá dez minutos para fazer a sua apresentação. Depois, então, será aberto o debate, com as perguntas e as dúvidas que poderão ser dirimidas entre os Senadores e os nossos palestrantes.

Inicialmente, concedo a palavra ao Senador Antonio Aureliano, autor do requerimento, para as suas iniciais considerações.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; senhores membros da Mesa; presidentes das associações de criadores de cavalos das mais diversas raças do País; Srª Chefe da Divisão de Equideocultura da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Srª Raquel Caputo; Sr. Presidente da Associação Brasileira do Cavalo Pampa, meu caro João Carlos Lóssio; Sr. Presidente da Associação Paulista de Fomento ao Turfe, Marcelo Artur Motta Ramos Marques; Sr. Celso Arras Minchillo; representante do presidente, importantíssimo Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Mangalarga Marchador, cumprimento-os. Quero cumprimentar também todos os Srs. Senadores e as demais autoridades aqui presentes.

Quero dizer ao Sr. Presidente que todas as associações – do Cavalo Mangalarga Marchador; do Cavalo Paint Horse, do Cavalo Appaloosa, do Cavalo Andaluz Brasileiro, do Cavalo Marajoara, do Cavalo Pantaneiro, dos Cavalos Crioulos, da Associação dos Criadores de Jumento Pêga, do Cavalo Árabe, do Cavalo Quarto de Milha, do Cavalo Pônei, do Cavalo Pampa, do Cavalo Campolina, do Cavalo Mangalarga, do Cavalo Bretão, do Cavalo Puro Sangue Inglês –, representantes de todas as áreas envolvidas neste tema, foram



convidadas para participar desta reunião, desta audiência pública, porque é fundamental que se discuta de forma mais ampla esse importante tema que é a equinocultura brasileira.

Nós somos um país continental, e a equinocultura brasileira não está devidamente ordenada e incentivada, a população brasileira não tem verdadeiro conhecimento da importância econômica dessa atividade. Hoje, inclusive conforme o pesquisador Sr. Roberto Arruda Souza Lima, da Esalq, da Universidade Federal Luiz de Queiroz, de Piracicaba, que em seus últimos estudos... Inclusive, no projeto nós colocamos, Senador Acir, um valor que já ultrapassa R\$10 bilhões para a atividade de equinocultura no Brasil – para se ter uma ideia da importância dessa atividade. Ela envolve a parte de saúde, através da equoterapia, ela envolve o turfe, corrida de cavalo, envolve cavalos de marcha, culturalmente envolve o País como um todo, porque o País é continental, é um país que precisa muito, inclusive, do cavalo como meio de transporte, é de extrema importância.

Então, Sr. Presidente, este projeto vem, exatamente, regulamentar e dar condições para que toda a população brasileira entenda essa atividade, desde o menor, desde aquela pessoa que tem o seu cavalo como fonte de renda no que se refere a transporte através de carroça, até os que exercem as atividades mais sofisticadas no que se refere ao desenvolvimento de animais na parte de pesquisa e na parte do turfe mesmo, na parte dos cavalos marchadores, que são de extrema importância.

No caso específico dos cavalos marchadores, eles acompanham toda a história da evolução do País. Se você quiser acompanhar a história político-administrativa do Brasil através do criatório de animais, particularmente os marchadores, você vai compreender toda a história política e econômica através da participação dos animais em conjunto com os homens.

Então, Sr. Presidente, este projeto é no sentido de dar, cada vez mais, condições para que essa atividade evolua de forma efetiva, trazendo benefícios para toda a sociedade brasileira.

Quero agradecer mais uma vez a presença do Dr. Antônio Sérgio, da Associação Brasileira dos Criadores de Mangalarga Marchador, que é atualmente a maior associação de cavalos genuinamente brasileiros que existe no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado ao Senador Aureliano.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, concedo a palavra para fazer as suas manifestações à Srª Raquel Caputo, Chefe de Divisão de Equideocultura da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Abastecimento.

A SRª RAQUEL CAPUTO – Bom dia a todos.

Agradecendo o convite, cumprimento todos os integrantes da Mesa e todos os presentes neste plenário.



Primeiramente quero parabenizar pela iniciativa o Senador Aureliano. Realmente, a atividade tem uma importância econômica ainda pouco conhecida pela sociedade...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Dr^a Raquel, dois minutinhos. É que convidei o Vice-Presidente para assumir o comando da reunião, considerando que tenho um compromisso com médico agora, às 11 horas. Se ele disser que está tudo o.k., eu volto para cá.

A SR^a RAQUEL CAPUTO – Boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Obrigado.

A SR^a RAQUEL CAPUTO – Realmente, é uma atividade de extrema importância, e essa importância econômica ainda é um pouco desconhecida pela sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, eu quero fazer algumas considerações. Há poucos minutos, fiquei sabendo que esse projeto de lei foi encaminhado para o Ministério da Agricultura para que emitíssemos uma nota técnica, mas ele ainda não chegou. Foi encaminhado agora, esta semana, na terça-feira. Então, vamos emitir, obviamente, uma nota técnica sobre a redação do mesmo.

Mas antes quero fazer algumas considerações com relação à legislação hoje vigente de equideocultura. Existe uma lei vigente, que é a Lei nº 7.291, de 1984, que dispõe sobre a equideocultura no País. É uma lei abrangente, que contempla toda a questão de criação, de registro genealógico, de melhoramento genético, sanidade, abate, atividade turfística, exportação, *doping*. Enfim, tudo que estiver relacionado à equideocultura está contemplado nessa lei. Eu achei bastante interessante a iniciativa, mas creio que poderíamos conversar a fim de trabalhar, talvez, na atualização dessa legislação, para que não haja duas leis que tratam praticamente do mesmo assunto, porque, querendo ou não, a finalidade de ambas é o fomento da atividade, é o desenvolvimento da equideocultura.

Com relação a controles sanitários e até de dados estatísticos, o Ministério da Agricultura possui uma série de legislações. Eu não vou entrar, item a item, nos artigos, vou fazer apenas considerações gerais porque depois vamos nos manifestar com relação à redação e aos artigos específicos, por meio de nota técnica, assim que recebermos o projeto oficialmente. Como eu disse, o Ministério possui algumas legislações da Secretaria de Defesa Agropecuária que já dispõem que todo criador tem que fazer as vacinações, tem que informar para os seus Estados o número de animais, assim como quando há morte. Mas precisamos realmente é de capacitar melhor, levar mais informação para os produtores no sentido de que eles estejam mais conscientes, que atualizem sempre os dados, que sigam as legislações, que cumpram as legislações.

Precisamos unificar as informações, que são estaduais. Precisamos, de repente, dispor de recursos para unificar, elaborar um sistema que talvez possa unificar todas as informações com relação a números de rebanho e de abate. Por exemplo, hoje, com relação a abate em frigoríficos que possuem inspeção federal,



já temos controles de número e de dados. Precisariamos extrapolar isso para frigoríficos municipais e estaduais. Essa seria uma forma de unificar e de melhorar a informação e de expô-la ao público, pois ainda há algumas falhas nisso.

A lei hoje vigente, inclusive por conta da atividade turfística, define que as entidades têm a obrigação de pagar uma contribuição devida com relação ao movimento geral de apostas que recolhem. E esse dinheiro que eles pagam, que eles têm que pagar, tem que ser revertido para o fomento da atividade de equideocultura de forma geral, não apenas atividade turfística. Então, temos tentado, inclusive com as associações, divulgar que apresentem projetos de fomento, que apresentem projetos com escopo de melhoramento, de boas práticas de manejo, de alimentação, enfim, é bastante amplo, para que a gente possa apoiar e melhorar a atividade.

Este ano, a gente firmou uma parceria com a Universidade de Brasília para uma pesquisa de caracterização genética da raça Crioulo e está previsto um projeto similar já para o ano que vem, para a raça Mangalarga Marchador, com a Universidade de Lavras. Falta conseguir levar mais informação e falta um pouco de união do setor, de organização do setor como um todo, para trazer as demandas para a gente conseguir evoluir com isso.

Muitos dos itens que aqui estão, na verdade, já existem, como a questão de pesquisa, questão de capacitação. A gente já tem isso previsto em outras legislações, até mesmo nessa legislação maior da equideocultura. Então, muitas das coisas que estão aqui já existem, e a gente precisaria, de fato, trabalhar uma atuação da legislação vigente e conseguir que o setor se organize melhor, conseguir perante os criadores uma melhoria na capacitação. Isso pode, inclusive, ser escopo para um projeto.

Nós estamos, por iniciativa de uma colega do Rio de Janeiro, tentando, na parte de turfe, levantar a ideia de um projeto de capacitação para os jóqueis. Todos esses artigos, essas iniciativas, essas demandas, de certa forma, já caminham e têm um embasamento legal.

Eu acho que, neste momento, poderíamos unir esforços para melhorar o setor, que realmente tem um problema de organização. E, como todas as outras cadeias, temos problemas com relação a estatísticas, porque é complicado. Às vezes, não é só questão de sistema ou só de governo, mas também de conscientização dos próprios produtores e criadores. Por exemplo, temos nas associações os dados de registro genealógico, e muitos criadores não comunicam nascimentos, não comunicam principalmente mortes, que são informações importantes. Muitas propostas do projeto de lei têm o foco em nós, para terem essa informação de estatística. E nós ficamos prejudicados por uma desorganização da própria cadeia. Então, precisaríamos trabalhar isso de outras formas e não mediante uma nova lei.

A princípio, essa é a postura que o Ministério da Agricultura tem com relação ao projeto de lei. Achemos interessante, mas, como falei, talvez não nesses moldes como foi apresentado. Poderíamos juntar esforços para...

(Soa a campanha.)



A SRª RAQUEL CAPUTO – ...melhorar o setor nesse sentido.

Era basicamente isso que a gente tinha para colocar. A gente fez algumas considerações pontuais aqui. Então, eu acho que valerão mais no momento em que a gente for tratar da redação propriamente dita. De forma geral, era isso que a gente tinha para trazer.

Se quiserem mais algumas informações específicas sobre quais programas a gente tem, onde poderiam ser disponibilizadas as informações que aqui mencionei, a gente pode passar. Mas é isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito obrigada, Drª Raquel Caputo.

Passo a palavra, agora, ao Sr. João Carlos Lóssio, que é Diretor da Associação Brasileira do Cavalo Pampa.

O SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – Bom dia a todos!

Gostaria de cumprimentar, primeiro, o Presidente, Senador Acir Gurgacz, também o Senador Antonio Aureliano, amigo fraterno de muitos anos, e dizer que é uma satisfação muito grande estar aqui neste plenário, contribuindo para o desenvolvimento da equideocultura no Brasil.

A importância desse projeto para o fomento e desenvolvimento da atividade é muito grande. Estudos recentes da CNA apontaram que a equideocultura emprega mais, direta e indiretamente, que a própria indústria automobilística. Então, é de suma importância esse projeto para o desenvolvimento e fomento da raça; também para a qualificação da mão de obra para essa atividade, que é uma dificuldade muito grande hoje. O treinamento da mão de obra através do Senar seria de suma importância para o desenvolvimento da atividade.

A raça Pampa vai também trazer colaborações para esse projeto; encaminharemos para V. Exª, Senador, para que a gente dê nossa contribuição. Tudo isso é de grande importância para a atividade rural. Sem o cavalo, o campo não funciona. Nas grandes extensões de criação de bovinos, a atividade do cavalo é muito importante; não só o cavalo, mas também os muares, etc. Nós vamos contribuir, e estou muito satisfeito de estar neste momento nesta Comissão, para dar a nossa contribuição.

Agradeço pelo convite, e, em breve, vamos apresentar as sugestões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Passo a palavra ao Sr. Celso Arras, Superintendente Geral da Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Quarto de Milha.

O SR. CELSO ARRAS MINCHILLO – Bom dia a todos. Obrigado pelo convite. Parabenizo o Senador Gurgacz e, principalmente, o Senador Aureliano por esta iniciativa. Eu acho que a importância da equideocultura, realmente, é desconhecida pela sociedade. Então, qualquer coisa que se faça nessa linha eu acho que já é muito bem-vinda.



O Senador citou o trabalho que é feito pela Esalq, pela Faculdade de Jaguariúna, e, nessa nova edição, uma edição atualizada – eles tinham feito primeiro um estudo em 2006, que atualizaram agora em 2012 –, continua em evidência a importância desse setor. Segundo esse estudo da Esalq, da USP, o setor tem uma receita de mais de R\$13 bilhões, movimenta mais de R\$13 bilhões; mais de 3 milhões de pessoas são envolvidas direta ou indiretamente – aí vem a colocação do colega que me antecedeu –, um contingente maior até do que o que é empregado pela indústria automobilística. Esses números são muito grandes, mas são desconhecidos da sociedade brasileira. Então, eu acho que um dos primeiros objetivos desse projeto é exatamente trazer à tona para a sociedade essa importância. Eu penso que isso é muito bem-vindo.

Eu ouvi a explanação da representante do Ministério. Se já existe uma lei, nós temos realmente que trabalhar juntos, mas o fato é que isso, até hoje, é desconhecido. E eu estou aqui também representando a Câmara de Equideocultura – o Presidente Flávio Obino não pôde estar presente –, mas não estou falando em nome dela porque lá o assunto ainda não foi debatido, e a Câmara não tem um posicionamento. Mas a gente sente na Câmara, um órgão que funciona com o apoio do Ministério da Agricultura, a dificuldade que o Ministério tem hoje de recursos – recursos humanos, recursos materiais – para nos ajudar a desenvolver minimamente alguns programas, para resolver alguns problemas que a gente leva para eles, talvez pela falta dessa estatística. Apesar de já existir eventualmente uma lei, apesar de existir a Câmara, eu acho que um pouco desse desconhecimento é pela falta de apoio que o próprio Ministério, que o corpo técnico do Ministério tem para poder colocar isso de forma organizada e disponível para toda a sociedade.

Então, eu acho que a primeira coisa é pensarmos, de alguma forma – não sei se através de projetos de lei ou de que forma, sou leigo nesse assunto –, em dar um apoio maior ao Ministério da Agricultura para que ele possa fazer parte deste trabalho que está aqui, principalmente o trabalho de divulgação.

Estão um pouco fora do assunto específico do projeto de lei, mas eu gostaria de tratar de alguns assuntos que, principalmente, para o Quarto de Milha, são uma preocupação grande hoje. São três assuntos.

Um já foi citado, que é a qualificação de mão de obra. Realmente, é um setor que está crescendo muito, e há uma dificuldade de qualificação de mão de obra para o manejo, para o treinamento. Eu sou da Associação de Cavalo Quarto de Milha, que é uma associação muito voltada para o esporte, para o cavalo do esporte. Então, sentimos uma falta de qualificação de mão de obra que eu acho que, através de Senar ou de outros órgãos, poderíamos desenvolver.

Um assunto que temos debatido muito na Câmara de Equideocultura, para o qual não vemos ainda uma solução, um debate grande sobre o assunto, é aquele ligado ao mormo, que é uma doença que abate os equídeos. Ela tem se manifestado mais ou talvez ela não tenha se manifestado mais, mas, por uma exigência de exames em Estados como, por exemplo, São Paulo, começam a se fazer exames e começam a aparecer mais casos. Eu acho



que isso é uma política pública de sanidade que precisaria ser mais bem tratada e observada pelos órgãos públicos.

A outra parte é a parte do cavalo de esporte. O trabalho da Esalq e da USP tinha indicado, em 2006, que o setor gerava mais ou menos R\$7,5 bilhões. Isso subiu agora para R\$13,5 bilhões, quase dobrando em seis anos. E eles até concluem aqui – eu estou com esse estudo – que uma das principais razões desse forte crescimento está exatamente ligada à criação voltada para o público urbano tanto para lazer quanto para esporte. No esporte, há, muitas vezes, alguns problemas ligados à proteção de animais. Por exemplo, existem cidades no Estado de São Paulo onde não podemos fazer prova de tambor. Então, o esporte vai também ser afetado quanto a isso. Sabemos que existem, na Câmara Federal, projetos de lei que praticamente vão impedir o esporte com cavalos. Isso é uma preocupação grande, porque acho que, de novo, falta o conhecimento da sociedade da importância desse mercado, para se estar discutindo esse tipo de coisa. Isso talvez não tenha muito a ver com o projeto, mas é uma preocupação que eu acho que o setor inteiro tem a respeito do assunto.

Agradeço a oportunidade. Vamos trabalhar também, na Câmara de Equideocultura, a proposta, enviando contribuições adicionais ao assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Nós é que agradecemos a sua participação e as suas colocações, Sr. Celso Arras.

Passo a palavra agora ao Dr. Marcelo Artur Motta Ramos Marques, Presidente da Associação Paulista de Fomento ao Turfe. Muito obrigado pela sua presença.

O SR. MARCELO ARTUR MOTTA RAMOS MARQUES – Obrigado, Presidente, pela oportunidade.

Eu queria dizer o seguinte: é verdade que muita coisa que está aqui no projeto de lei está prevista na lei que a Drª Raquel citou, mas acontece que essa lei é de tal forma que não ajuda o setor, ela engessa o setor. Eu acho que esse projeto vem em excelente hora, até para revogar essa lei existente. Ele não é conflitante, ele vem modernizar a lei.

Eu falo, porque a finalidade da própria Câmara de Equideocultura, da qual também participo, é zero, uma vez que ela não consegue, no Ministério, seguir os assuntos em que vemos que há necessidade, assuntos prementes como a questão do mormo e tantas outras importantes.

Essa lei vem no momento exato, porque vai acabar ajudando o nosso setor a ajudar o Ministério, que também não nos pode ajudar. E ela fala uma verdade. Às vezes, há até recursos oriundos das apostas nossas para se aplicarem em projetos, mas não existem os projetos. Então, é coisa de Brasil que precisa crescer, é coisa de Brasil moderno com visão moderna.

O Senador está de parabéns por ter percebido este momento que a gente vem debatendo. As dificuldades são imensas, Senador. O senhor imagine o que passamos nós do turfe, então!



Eu ainda falava para ele que a equideocultura, quando todos falam em economia, emprega o desqualificado. É onde mais se precisa de emprego. Olha que eu sou conhecedor do turfe mundialmente. Levo isso muito a sério. Já vi páreos no mundo, em praticamente todos os hipódromos do mundo. Procuro conhecer e me informar. Por que para o turfe eles dão valor? Porque ele emprega o desqualificado, aquele cara que limpa o cavalo, que dá banho no cavalo, que dá comida. Nem cobrador de ônibus mais existe, porque agora há a catraca eletrônica. Então, é preciso colocar esse cara – esta é uma parte da população que existe e que vai sempre existir – para fazer alguma coisa, senão ele vai só matar ou assaltar. E, no trato do cavalo, não se consegue substituí-lo por robô, pela informática, porque o cavalo tem de comer. Então, é uma fonte de emprego para o desqualificado. Essa é a função maior e a importância maior da equideocultura. É isso que tenho falado.

Também acho que tenho de apresentar algumas sugestões. Eu as rabisquei aqui rapidamente. Eu as mandarei na de forma redação, com justificativa.

Acho que a Dr^a Raquel, do Ministério, teria a oportunidade de pegar da lei que existe o que é bom e colocar aqui. E o que ruim é preciso deixar para ser revogado. Acho que esse é o ovo de Colombo.

Isso era mais ou menos o que eu queria falar.

Agradeço a atenção de todos. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito obrigado por sua colocação, Dr. Marcelo, e por sua presença aqui conosco.

Passo a palavra ao Dr. Antônio Sérgio Quadros Barbosa, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador.

Muito obrigado por sua presença conosco.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO QUADROS BARBOSA – Obrigado, Presidente, membros da Mesa, Sr. Senador, demais membros participantes desta reunião.

É com satisfação que a gente vem aqui representando a Associação Brasileira de Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador, que, hoje, é uma entidade que congrega quase 10 mil associados. Nós temos 500 mil cavalos registrados.

Nós temos uma atividade muito constante de eventos. No ano passado, nós realizamos 250 eventos. Esses eventos ocorrem nos fins de semana. Se vocês dividirem por dez meses – em dois meses, não se trabalha –, vocês verão que são 25 eventos por mês e que, por fim de semana, são quatro ou cinco eventos. Então, é uma atividade forte e constante. Nós temos 240 leilões cancelados, o que representa quase um por dia. Nós temos 62 núcleos do Brasil, três núcleos no exterior. São 56 núcleos no Brasil e cinco no exterior. Na Europa, há três; nos Estados Unidos, dois; e, na Argentina, um.



Temos uma atividade constante de reprodução. No ano passado, fizemos 30 mil potrinhos. Desses 30 mil potrinhos, 6 mil foram gerados por transferência de embrião. Talvez, esse seja o maior número de embriões feitos numa raça no mundo, principalmente porque a técnica é muito mais desenvolvida aqui do que no exterior. Inclusive, para esses núcleos no exterior temos de levar veterinários, para eles ensinarem a técnica de coleta de sêmen e de transferência de embrião, para facilitar a execução dos projetos.

Temos um convênio com a Apex, o que viabiliza a realização de dez eventos internacionais por ano. Neste ano, fizemos três na Alemanha, dois nos Estados Unidos e um na Argentina.

Na Europa, nós temos seis cavalos andando nas principais exposições – Arnhem, Equitana, Munique, Cavalli –, divulgando a raça nacional, que é o cavalo Mangalarga Marchador, cuja diferença básica é o andamento marchado, que faz com que ele seja extremamente apreciado por onde ele aparece. E eles não conheciam isso. A raça nacional, advinda agora desse projeto do Deputado Arthur Maia, nos deu esse título que muito nos honra.

Então, é com extrema satisfação que nós temos um associado aqui presente que veio patrocinar uma lei dessa natureza. Nós estávamos precisando de um padrinho e o achamos. Nós três aqui frequentamos a Câmara de Equideocultura e sabemos das dificuldades que nós temos para fazer um processo rodar. Para sair a decisão que se toma lá dentro e fazer virar lei ou fazer virar uma decisão oficial tomada, não é brincadeira. E agora, com o padrinho, acho que nós vamos para frente, porque isso é o que estamos precisando.

Em relação ao projeto, Sr. Presidente, nós fizemos aqui a leitura rápida dele, e há algumas considerações a fazer. A primeira delas, que já foi falada aqui, na nossa Mesa, é o maior obstáculo que temos hoje e se chama mormo. O mormo, Sr. Presidente, nos bloqueou. O mormo impede as transações internacionais todas. O mormo fez com que as nossas perspectivas de fazer exportação de animais, de sêmen e de embrião ficassem bloqueadas. As compras e vendas que o pessoal estava acostumado a fazer foram dificultadas barbaridade. Acho que nem se está conseguindo executar. A cada dia que aparece – e cada vez mais vai aparecer –, na medida em que melhora a legislação do mormo, nós vamos achar mais cavalos com mormo.

Eu estava consultando a Dr^a Liziè agora mesmo. Para isso, só existe uma saída: uma vacina. Não sei se isso é fácil, se é difícil, se é possível. Essa doença tem três mil anos. Então, não deve ser fácil, mas nós vamos ficar bloqueados por essa operação. Ela é um limitante. É o maior limitante que hoje a equideocultura brasileira tem.

Então, a sugestão, custe o que custar, senhora representante do MAPA – não há outra saída –, é fazer essa pesquisa, e todas as associações estão solidárias. Todos os nossos laboratórios particulares estão solidários em achar uma solução dessa natureza para suprimir essa barreira, que é uma coisa que está nos dando um prejuízo monumental.



Estive lendo também, Sr. Senador, que aqui, no projeto, nós temos que incluir o bem-estar animal, cujo coordenador é o Celso. Ele fez um trabalho muito grande. Nós tivemos aquele caso do Monty Roberts, que muito nos afetou. Tivemos que fazer às pressas uma cartilha do bem-estar, para que a peãozada recebesse as instruções para se comportar direito durante a última exposição nacional, e ela foi extremamente efetiva, porque não tivemos nenhum caso lá, inclusive com a presença física do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, ONGs e Meio Ambiente. De modo que o comportamento com o qual se vai tratar a partir do trabalho que o Celso está fazendo em relação a toda a equideocultura nacional vai ser muito bom.

Fundamental, senhor padrinho, é legalizar a nossa legislação tributária. Nós estamos equiparados a *pet*. O cavalo, na hora em que começou a ser objeto de legislação para ração, remédio, veterinária, foi colocado como se ele fosse um bibelô. E, na verdade, ele é o grande instrumento da divulgação e da sustentação da pecuária nacional, que é a maior pecuária do mundo, é a maior indústria de carne do mundo. Então, esse trabalho compete ao Congresso Nacional fazer e trazer equiparação dos mesmos números da pecuária à legislação pertinente aos equinos.

Tive aqui oportunidade também de apresentar ao nosso auxiliar, Secretário Gláucio, um projeto que fizemos para o Banco do Brasil para promover o custeio pecuário equino. Essa foi uma realização pessoal nossa, e depois de uma luta muito grande, há três anos, conseguimos implantar isso no Manual de Crédito Rural.

No Manual de Crédito Rural, há um espaço chamado "outros projetos", onde se encaixa o projeto Pecuária Equina – inclusive dei ao Gláucio a matriz, um boneco de como se faz isso. É baseado em cabeças de éguas que, naquele momento, forneciam R\$2,5 mil por égua matriz em cada rebanho. Então, se você tiver 20 éguas, você recebe R\$50 mil, o que dá para fazer o sustento anual do seu rebanho – isso também está aí.

Sobre as escolas para peões: nós criamos lá, com o Senar de Minas, Senador Aureliano, uma escola baseada naquele sistema francês, de fazer aulas durante 15 dias e a pessoa voltar para trabalhar 15 dias, são 600 horas em 6 módulos.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO QUADROS BARBOSA – O senhor me permite só mais um tempinho, Sr. Senador?

Essas 600 horas são cinco degraus: é o peão trabalhos gerais, casqueamento, primeiros socorros, demonstração em pista, e o último deles é gerente de haras. Então, esse boneco está pronto, é só levar para os outros Estados; o Senar dá – dá o projeto, dá o dinheiro e dá o professor. Então, qualquer lugar do Brasil inteiro que queira fazer esse sistema... Esse sistema tem uma coisa interessante, Sr. Senador: é que ele mais ou menos trabalha com 20 alunos, e os 20 alunos saem empregados. A falta de mão de obra é tão grande, é tão dificultosa – profissionalizada, porque empírica há demais – que os meninos



que saem de lá saem todos empregados. Então, é uma atividade na qual também já existe um caminho; depois de um esforço danado do Presidente, que fez isso lá com o Senar de Minas, isso já existe.

Peço licença, Sr. Senador, para pedir-lhe que, na primeira linha do seu projeto de lei, trocasse a palavra "incipiente" – da câmara setorial – para "esforçada", porque estamos aqui em três – esse pessoal aqui também é de lá. Então, eu queria que o senhor fizesse a gentileza de substituir a palavra "incipiente" por "esforçada".

Eu acho que nós não podemos perder a oportunidade de uma iniciativa como a sua. Mesmo que o senhor fique pouco tempo, veja se dá conta de viabilizar esse projeto no curto prazo, porque ele é a salvação não da lavoura, mas da equideocultura nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Antônio Sérgio Quadros Barbosa, por suas colocações.

Vamos fazer a mudança da palavra, não há problema. Como Relator da matéria, digo-lhe que acatamos já, de pronto, essa modificação.

Coube a mim relatar essa matéria, com muito prazer, e nós, através desta audiência pública, queremos, atendendo um pedido do Senador Antonio Aureliano, concluir os trabalhos para que possamos votá-la na terça-feira próxima, para que possamos avançar. Nós temos uma prática aqui na Comissão de Agricultura de não deixar que os projetos adormeçam nas prateleiras, nós procuramos avançar. Na terça-feira nós colocaremos em votação aqui nesta Comissão. Eu não sei se é terminativo...

Marcelo, é terminativo aqui? (*Pausa.*)

É terminativo aqui, nesta Comissão, e daqui irá para a Câmara dos Deputados – se aprovado e se nós conseguirmos quórum, porque para a votação terminativa nós temos que ter quórum, não é isso, Senador? Vamos trabalhar para termos quórum, porque o relatório estará pronto para votarmos, a seu pedido, na próxima terça-feira, às 14h30 – já marcada a nossa reunião da Comissão de Agricultura.

Passo a palavra novamente ao Senador Antonio Aureliano, para fazer as suas colocações. Também pergunto se na Mesa alguém gostaria de fazer mais alguma colocação para colaborar com os nossos trabalhos. Mas, inicialmente, passo a palavra ao Senador Antonio Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer inclusive a colaboração de todos no sentido de demonstrar que estamos juntos por um mesmo objetivo.

A Dr^a Raquel deixou suas ponderações no que se refere ao Ministério da Agricultura. Reconhecemos o trabalho que está sendo feito pelo Ministério, mas o fundamental é que haja uma ordenação e que o próprio Ministério tenha condições de atuar de forma mais efetiva. Sentimos que o



Ministério está com boas ideias e tem inclusive uma estrutura, mas o próprio projeto de lei é de 1984 e nem está regulamentado ainda.

A SRª RAQUEL CAPUTO – É uma lei vigente.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB - MG) – É vigente, mas...

A SRª RAQUEL CAPUTO – ... por um decreto...

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB - MG) – Por um decreto, mas há uma série de engessamentos e precisamos dar flexibilidade a ela, entendeu?

A SRª RAQUEL CAPUTO – É que, por ser antiga, ela tem..

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB - MG) – Por isso mesmo é que é de extrema importância nós estarmos realmente juntos.

Por que a ideia? A ideia era a seguinte, mesmo porque a minha ideia foi dentro exatamente do estudo que estava sendo feito...

Grande criador e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Mangalarga Marchador, meu caro Antônio Quadros, quando eu usei a palavra – que vai ser trocada – "incipiente", não foi no sentido de insignificância. A significância é grande. É incipiência na quantidade. O número. O número é reduzido. Porque, na verdade, eu te digo, com toda sinceridade: como afirmou o Antônio Quadros, poucas pessoas no Brasil conhecem a importância da equideocultura, como ela é importante e como participou de toda a produção do País. Em termos econômicos e financeiros, ela ajuda diretamente. E também culturalmente.

Nessa regulamentação existe um assunto polêmico, que inclusive será discutido mais à frente. Polêmico no sentido mesmo de transporte. Por exemplo, aqui na Esplanada dos Ministérios, deveria existir um passeio, como existe em Nova Iorque, em Londres, na França e na Itália. Se você vai à Itália, há uma quantidade enorme de charretes passeando pelos monumentos de Roma. A parte de lazer é importantíssima. Portanto, também a regulamentação do próprio transporte.

Outro dia, eu falei uma coisa e alguém disse: "Mas que absurdo!". Não tem nada de absurdo. Por que incentivam tanto a bicicleta, e não o transporte a cavalo? Não é proibido andar a cavalo. Tem que ser regulamentado. É complexo? É. Mas, com certeza, o cavalo está presente em toda a vida do cidadão – toda a vida, você pode ver –, direta e indiretamente.

Também temos que resolver o problema da regulamentação, como afirmou o Antônio, porque está equiparado ao *pet*. Não temos nada contra *pet*, de maneira alguma. Quem gosta de um animal gosta de todos. Mas isso é fundamental.

E há esse absurdo que o Celso Arras citou. Eu não tinha conhecimento da intenção de se proibir o esporte. Nós estamos na contramão da história, totalmente na contramão da história, quando alguém fala em proibir esporte envolvendo animal.



(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB - MG) – Não, isso é algo incabível, porque, na verdade, nós precisamos, cada vez mais, inteirar. Agora mesmo, alguém vai dizer que não se pode fazer equoterapia, que é algo extraordinário, o único tratamento em que existem três dimensões para crianças com problemas neurológicos. Não há nada que substitua a equoterapia. Nada. Estamos discutindo, na Câmara e no Senado, o uso da substância existente na maconha para curar problemas neurológicos. A equoterapia é mais importante e mais eficiente do que o canabidiol. Mais eficiente.

Drª Raquel, na verdade, temos que somar esforços. Somar. O projeto, no sentido de regulamentar, não está competindo com nada. Não está inclusive questionando a ação. Sabemos que o Ministério está procurando fazer, como disse o Marcelo. Ninguém está dizendo... A ideia do projeto é necessariamente haver uma política nacional.

Você pergunta nos Estados Unidos, você pergunta na França, na Alemanha, na Inglaterra, em todos os países, e vê que há políticas bem coordenadas, política nacional. Então, se nós tivermos, através do projeto de lei, uma política nacional em que a visibilidade da atividade fique...

Quando se fala em criador de cavalos, acham que o sujeito é simplesmente um milionário que está se metendo numa atividade de lazer. Esse é o erro! Na verdade, o empresário do cavalo é como outro qualquer, como o empresário da área do agronegócio, que dá uma contribuição enorme, que emprega pessoas, que dá condições, inclusive, de vida melhor para todos. Então, nós precisamos, e é importante, atuar juntos, Congresso Nacional e Executivo, no sentido de viabilizarmos uma ação imediata. Porque isso prejudica a equideocultura nacional.

Eram essas colocações que eu queria fazer. E agradeço muito, Presidente, essa colocação de V. Ex^a, que é um homem importante no setor e para o Senado Federal, no sentido de nós agilizarmos. É fundamental nós encaminharmos e aprovarmos o mais rápido possível para termos condições de ordenar e atuar, Parlamento e Executivo, em sintonia para esse projeto ser um agente catalizador no desenvolvimento da equideocultura nacional.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Antonio Aureliano. E cumprimento-o mais uma vez pela iniciativa do projeto, um projeto importante e que, de fato, vai trazer grandes benefícios para o setor.

Drª Raquel Caputo, com a palavra.

A SRª RAQUEL CAPUTO – Eu concordo, Senador Aureliano, com o que foi colocado no sentido de unir esforços. Não estou entendendo como uma lei que esteja competindo com nada, mas, justamente, devido àquilo que já comentamos aqui, esta lei vigente é de 1984, foi regulamentada pelo Decreto nº 96.993, de 1988.

Eu acho importante que a gente, antes de votar a redação desta lei, a estruture melhor, para conciliar e para não haver duas leis tratando de um



mesmo assunto, sendo que esta seria uma ótima oportunidade para a gente reformular essa legislação que já está ultrapassada. Por quê? Porque, na época em que ela foi criada, a gente tinha a Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN), que era um órgão colegiado do Ministério da Agricultura, diretamente ligado à Presidência e extremamente fortalecido politicamente e financeiramente. Enfim, detinha um prédio inteiro no Rio de Janeiro, então, tinha uma estrutura forte capaz de fazer, de realizar tudo que estava previsto. E hoje a gente não tem essa estrutura. Hoje todas as atribuições ficaram a cargo do Ministério da Agricultura, e a gente não tem gente nem recursos para trabalhar com tudo da forma como está aqui. Então, acontece isso que foi colocado e a gente acaba engessado. A realidade era outra, a gente tinha outra realidade.

Eu só acho que a gente tinha que aproveitar este momento, aproveitar a oportunidade. Já que está sendo proposto um projeto para a atividade e que já há uma lei que dispõe sobre equideocultura no Brasil, por que não unir esforços e fazer uma atualização dessa legislação que, se dependesse de uma iniciativa dentro do Ministério, possivelmente a gente levaria talvez anos e anos, uns dez anos? Acho que a gente deveria unir esforços.

A nossa proposta é justamente no sentido de alterar a redação para ampliarmos e colocarmos o que há de interessante, de importante na lei hoje vigente e reformulá-la. Pelo que entendi, todos nós aqui temos a mesma finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito obrigado, Drª Raquel.

Informo que nós estamos à disposição para nos reunirmos, de preferência até segunda ou terça-feira. Nosso consultor técnico está presente aqui, o Lagares. Nós poderíamos nos reunir com a senhora, Drª Raquel, para termos a sua contribuição, que para nós é muito importante.

De fato, não há competição. Realmente, o que querem os produtores e o que quer o Ministério são a mesma coisa. É só fazermos algo que seja importante para o Ministério e para os produtores também.

Então, nós estamos à disposição para nos reunirmos hoje ainda, se a senhora tiver tempo, ou amanhã, para que nós possamos...

A nossa preocupação, Senador Aureliano, é que, na próxima terça-feira, teremos a última reunião do ano da Comissão de Agricultura. Por isso a minha insistência em levarmos à votação na próxima semana. Poderíamos estender mais, não há problema, mas passaríamos para o próximo ano, e não teríamos aqui o Senador Antonio Aureliano para defender o projeto. Daí a importância de nós aprovarmos esse projeto na próxima semana. Eu creio que é importante para nós, da Comissão de Agricultura.

Mas ficamos à disposição. O nosso consultor está aqui e estará também à disposição para debater esse assunto tecnicamente e com mais objetividade em relação ao que estamos dizendo aqui, distinguindo, com mais precisão, o que pode e deve e ser mantido do que talvez tenha de sofrer algumas



modificações no projeto de lei. A nossa intenção é fazer o melhor possível para o setor. O setor indo bem será uma contribuição maior para o nosso País, e é o que nós todos queremos.

Passo a palavra ao Dr. João Carlos Lóssio, para suas considerações.

O SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – Em relação ao rodeio de cavalos e de gado, há uma dificuldade enorme. Já houve convites para se fazerem dois rodeios aqui em Brasília neste ano, no Parque Leão e na Granja do Torto, mas houve uma dificuldade enorme em relação ao Ministério Público, que entende que gera maus-tratos aos animais.

Então, eu gostaria também que fosse contemplado um estudo no sentido de viabilizar essa atividade. O rodeio faz parte da cultura nacional, faz parte da cultura rural, mas está havendo uma dificuldade muito grande em todo o Brasil de se fazer essa atividade. As entidades de defesa dos animais entendem que pode haver alguns maus-tratos aos animais, coisa que não há. Nessa atividade, os animais são muito bem tratados, são treinados para aquela atividade, e não se gera nenhum risco para o animal, nem maus-tratos. Talvez seja preciso colocar nesse projeto alguma coisa no sentido de regulamentar isso, o que vai contribuir para essa atividade, que é muito importante para o interior. Aqui nós não pudemos fazer, na Granja do Torto, dois eventos dessa natureza, nem no Parque, por circunstâncias de legislação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Agradeço, João Carlos Lóssio.

De fato, o rodeio é uma prática forte no País. No meu Estado de Rondônia, é muito maior do que a média brasileira a prática do rodeio. Em todas as cidades, distritos do Estado de Rondônia, acontecem rodeios durante todo o ano. Realmente, é uma questão que, se conseguíssemos colocar nesse projeto de lei, seria importante. Então, peço ao Lagares que analise esse ponto. Se pudermos colocar nesse projeto algo para reorganizar a questão dos rodeios, será de uma contribuição muito grande para o nosso País.

O SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – A vaquejada, no Nordeste, também é muito importante, não é? É uma atividade que usa o cavalo e o gado e também tem restrições nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito bem. Sem dúvida.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo, para suas considerações.

O SR. MARCELO ARTUR MOTTA RAMOS MARQUES – Presidente, acho que está tudo certo, mas o tempo é que está muito apertado. Realmente, esta é uma oportunidade única de reformar essa lei, que, segundo a doutora disse, engessa todo o setor e tem que ser reformulada. Ela tem razão. Havia uma Comissão, não tem mais nada disso, e a lei ficou. Isso é um dos grandes problemas do nosso setor como um todo. E esse projeto vem no momento certo.



Agora, eu não estou vendo como é que conseguimos... Mesmo quanto ao turfe, eu acho que deveria haver um capítulo do turfe, como deveria haver um capítulo dos esportes, tais como rodeio e vaquejada, específicos. O que acontece hoje nessas leis? Elas são interpretativas. E o Ministério Público hoje começa a atuar, como não atuava em 1988, em 1984 muito menos. Então, eles começam a interpretar. Se não for objetivo e claro, por exemplo, que atividades de esportes são rodeios e vaquejadas... "Ah, vai maltratar os animais". Não está maltratando nada, porque o rodeio tem regras.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Claro.

O SR. MARCELO ARTUR MOTTA RAMOS MARQUES – Tem que ter comissão, como nós, no turfe, temos comissão de turfe e comissão veterinária presentes. Quer dizer, não existe isso. Pelo contrário...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Nos rodeios também. A mesma coisa.

O SR. MARCELO ARTUR MOTTA RAMOS MARQUES – Então, o cara não entende isso.

Precisa haver o capítulo dos esportes, o capítulo do turfe. E precisa tirar esse entulho legal que é essa lei, esse decreto. Agora, eu não sei como conseguimos, Presidente – o senhor como Relator; eu queria contribuir, trazer um capítulo; a Doutora tem uma responsabilidade muito grande – , operacionalizar isso nesse tempo. Só isso que está me preocupando, porque nós estamos na quinta, e será na terça-feira. Eu vou para casa, estou em São Paulo...

A SRª RAQUEL CAPUTO – Teria de escutar o setor.

O SR. MARCELO ARTUR MOTTA RAMOS MARQUES – Não escutar o setor, porque o setor está aqui bem representado. Eu acho que é mais uma questão de a senhora conciliar com o assessor técnico e de o pessoal trazer contribuição da parte do esporte, que já foi citado aqui. Agora, eu não sei como operacionalizar isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Dr. Marcelo, se me permite.

Senador Aureliano, nós podemos também transferir essa votação para fevereiro. Eu consulto os senhores: se entenderem que é melhor aguardar e contemplar o setor como um todo com mais detalhes, nós podemos fazê-lo. Eu fico no compromisso de dar sequência a esse projeto: continuar com a relatoria, pedir a relatoria, porque, ao final do ano, todos os relatórios voltam para as comissões e serão redistribuídos no próximo ano. Posso pedir para o novo Presidente a relatoria novamente e dar continuidade, fazendo outras reuniões. Como a Drª Raquel Caputo bem colocou, é uma oportunidade, até porque é terminativo aqui, no Senado. Se nós fizemos um trabalho maior, mais detalhista, não contemplando todos os setores, mas tentando abordar todos os assuntos pertinentes ao segmento, talvez fosse de uma importância maior.

Consulto o Senador Aureliano se concorda com a posição de nós continuarmos o debate. De antemão, eu convidaria V. Exª para continuar também



nos debates junto conosco no ano que vem, para que possamos adequar melhor o projeto, se assim V. Ex^a entender que é necessário.

Com a palavra, o Senador Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB - MG) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, primeiro, fico muito satisfeito com o fato de V. Ex^a colocar a possibilidade de continuar sempre na relatoria, acompanhando esse projeto, porque eu sei da eficiência, da competência e da seriedade de V. Ex^a no trato de todos os projetos cuja incumbência da relatoria lhe cabe e da sua responsabilidade que sempre é de extrema importância para o Congresso Nacional.

A experiência nos diz o seguinte: é uma oportunidade no sentido de que temos condições de termos uma matriz clara do que é mais importante até terça-feira – eu tenho absoluta segurança disso. Visualizo que a discussão mais prolongada pode acontecer no decorrer do trâmite do projeto, mesmo porque, no trâmite do projeto, na verdade, pode haver emendas e podem surgir algumas outras ideias que venham a colaborar com o andamento do projeto.

Agora, eu vejo que seria muito bom que ele fosse votado na terça-feira. Na verdade, a colocação que eu faço é a de que se faça um esforço. Nós temos claramente... Eu sempre digo o seguinte: o que não se fez... A colocação, por exemplo, do Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Mangalarga Machador é de uma clareza e de uma limpidez, ou seja, a Associação Brasileira dos Criadores de Mangalarga Machador já está na frente, ela já está andando. O que eu quero é a contribuição dela para fazer também para o País como um todo, uma vez que a Associação Brasileira dos Criadores de Mangalarga Machador está andando. As coisas estão acontecendo.

Sr. Presidente, eu diria o seguinte: se fosse possível, eu, particularmente, pediria a V. Ex^a para votar na terça-feira e pediria a todos os membros daqui que dessem a sua contribuição o mais rapidamente possível. Eu entendo a posição do nobre companheiro Marcelo. Eu entendo perfeitamente, mas o problema é que, se não aproveitarmos este momento em que temos um Relator desta magnitude, desta competência, um homem voltado para a área, que conhece a área e que acredita na área... É um momento singular o que estamos vivendo. Então, eu pediria ao meu Presidente que votasse na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem, Senador. Vamos manter a votação na terça. Façamos as modificações que couberem na Câmara dos Deputados.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB - MG) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Façamos dessa forma, porque, de qualquer forma, o projeto vai à Câmara dos Deputados...

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB - MG) – Isso, exatamente.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– ... e terá nova discussão, novas audiências públicas. Aí, os ajustes nós poderemos fazer lá e ganharemos essa etapa, porque a preocupação nossa, senhores, é realmente não deixar que a gente perca a oportunidade também de fazer andar os projetos, e projetos importantes como esse não podem ficar paralisados. Passa um mês, passam dois meses e, de repente, passam seis e um ano.

Então, vamos atender ao nosso Senador Aureliano e faremos a votação na terça-feira próxima.

Eu consulto a Mesa se alguém gostaria de se pronunciar. (*Pausa.*)

Pois não, Dr. Antônio Sérgio.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO QUADROS BARBOSA – Eu vi que o nosso padrinho é muito animado com a equoterapia. Então, eu vou dizer ao senhor o seguinte: nós temos, para estimular esses eventos, lá na associação, um regulamento do funcionamento dos núcleos. Esses núcleos recebem pontuação por evento. Então, exposição ganha tanto, copa de marcha ganha tanto, cavalgada ganha tanto etc. Quem fizer mais vai para a Marchador Fest, ganhar um prêmio em dinheiro e ser fotografado por nosso Diretor de Comunicação, que está ali, o Álvaro Pereira, que é o coordenador do Marchador TV.

Então, todos esses presidentes trabalham com afinco para subir no palanque e um dos itens, que é consagrado nesse regulamento, é o convênio com as APAEs para fazer funções de equoterapia. Então, o Mangalarga Marchador fornece, para essas APAEs, para essas entidades que têm condição de fazer a equoterapia, os animais. Os professores são treinados aqui em Brasília, num órgão especial – Ande, não é? –, e as entidades mantenedoras, lá, sustentam essa operação. Cada vez que o menino faz uma aula de equoterapia, ele passa uma semana por que a mãe agradece, substancialmente, a gente. O movimento pendular faz com que haja um equilíbrio, durante a semana toda, na mente do menino que tem problema.

Então, isso aí fez com que a gente corresse demais nessa direção, porque todo mundo quis fazer.

A nossa amiga lá de Itatiaiuçu – acho até que o senhor a conhece – fez a entidade maior de equoterapia de Minas Gerais e obteve um patrocínio da escola, acho, de Ipatinga ou de uma daquelas universidades ali, e editou um livro, já está no segundo, de equoterapia – dessa grossura, assim, Senador –, distribuído no Brasil inteiro.

Então, não estava contemplado aqui e eu esqueci até de mencionar esse item, mas o cavalo, em si, ligado diretamente a essa atividade... É uma atividade social altamente remunerada para nós, pessoalmente, porque ela mexe exatamente no social, ela tem um objetivo social fantástico. Inclusive, quando você fala desse assunto... Por exemplo, na Argentina, eu estava dando uma entrevista para o canal rural de lá, e, na hora em que passamos para esse assunto, os outros assuntos morreram. Falamos de equoterapia durante meia hora, como é que funciona, de que jeito se executava isso.



Agora, Senador, estamos fundando outra coisa grande lá, nessa linha, que é para ajudar as pessoas com câncer. É um projeto que foi criado pelo pessoal do sul de Minas, lá de Varginha. Nós já recebemos inúmeras doações de criadores, durante o Marchador Fest, e vamos estruturar – está sendo feito agora – um apoio do Mangalarga Marchador a pessoas com câncer, então, criadores, funcionários, agregados do Mangalarga Marchador. Podemos fazer aquelas coisas que acontecem em Barretos, uma casa de apoio, dinheiro para a pessoa que esteja doente.

Aquela solidariedade humana aconteceu lá em Florianópolis, agora. Acho que recebemos três milhões em doações lá, em duas ou três horas, durante uma festa.

Então, essas coisas do lado social, que tiram um pouquinho o enfoque do financeiro, dão uma contribuição muito grande para equideocultura nacional.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito obrigado, Dr. Antônio.

Consulto se alguém mais tem alguma colocação a fazer.

Então, agradeço a presença de todos: Dr^a Raquel Caputo; Dr. João Carlos Lóssio; Dr. Marcelo; Dr. Celso Arras; Antônio Sergio Quadros. Também agradeço a presença do Jornalista Álvaro Pereira em nossa audiência pública. Agradeço ao Senador Antonio Aureliano; mais uma vez, eu o agradeço pela iniciativa do projeto.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.)